

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

29 de junho de 2021



Repressão violenta aos povos indígenas. Foi desta forma que Congresso, Presidência da República e Governo do DF responderam às manifestações dos povos indígenas contra o PL 490/2007, sobre demarcação de terras. Compartilhamos a [nota da APIB](#) e pedimos apoio às diversas iniciativas convocadas pelos movimentos indígenas.

A semana passada foi intensa para o desgoverno bolsonaro. O depoimento do servidor público do ministério da saúde, Luis Roberto Miranda e seu irmão, o deputado Luis Miranda (DEM-DF), envolveram diretamente a Presidência em um esquema de corrupção na compra de vacinas. O plano de bolsonaro é entregar a cabeça do líder do governo para a CPI, mantendo o cordão de isolamento em torno dele. Na manifestação do último final de semana, o Presidente alegou que não dá para saber tudo o que acontece nos 22 ministérios. Parece que a [tese do domínio do fato](#) só valeu para o Lula, não é mesmo?

Jurema Werneck vocalizou as denúncias do campo dos direitos humanos na CPI da Pandemia. Representando o Movimento Alerta, a diretora da Anistia Internacional apresentou os dados sobre mortes evitáveis. Em uma longa sessão, senadores e senadoras puderam ver os dados sobre as consequências da ação negacionista e do projeto de morte do desgoverno.

A oposição se fortaleceu e tem manifestações previstas para os próximos dia 30 de Junho e 3 de Julho. A primeira é motivada pela entrega do “Super pedido de Impeachment” em Brasília, assinado por toda a oposição, descontentes do centro e ex-bolsonaristas. No dia 3, são mais amplas, convocadas pelos movimentos, pelo Fora Bolsonaro e Mourão. [A aprovação do Governo caiu e Lula parece estar retomando a sua base eleitoral](#), com a boa notícia de que o STF confirmou a decisão sobre a suspeição do ex-juiz Moro.

Outra discussão que movimenta o campo bolsonarista é a do voto impresso. O compromisso com o voto em urna eletrônica foi assumido pelos líderes de 11 partidos em reunião na semana passada – DEM, MDB, PSDB, PP, PSD, Avante, Republicanos, Solidariedade, Cidadania e PL, que representam a maioria da Câmara e do Senado.

Filipe Barros (PSL/PR) apresentou relatório favorável à proposta de PEC para impressão de votos já em 2022, mas ela só deve entrar em discussão no mês que vem.

Na pauta das mulheres, o que chamamos de “populismo penal” nos projetos de enfrentamento à violência contra as mulheres seguem a todo vapor. Aquele projeto problemático sobre infanticídio não foi discutido. E na próxima sexta-feira, dia 2 de Julho, será lançada a campanha da Frente Parlamentar Feminista Antirracista sobre violência política contra as mulheres. O último caso foi uma notificação extrajudicial de Arthur Lira contra Talíria Petrone.

RESULTADOS DA SEMANA

DE 21 A 25 DE JUNHO

No Plenário da Câmara tivemos a aprovação das emendas do projeto de Privatização da Eletrobrás. O projeto segue para a sanção presidencial. A pauta da economia seguiu forte, com a aprovação dos Projetos como de modernização do ambientes de negócios do país (MP 1040/2021).

Na Comissão de Legislação Participativa, além da aprovação do requerimento para audiência pública sobre violência política (Requerimento de Talíria Petrone), também foi aprovado um projeto de Clarissa Garotinho sobre bases de dados curriculares tenham campo para licença maternidade (PL 11022/2018).

E no Senado Federal, além da CPI da COVID, teve debate temático sobre o PL que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direitos.

PAUTA DA SEMANA

DE 28 DE JUNHO A 2 DE JULHO

O projeto sobre infanticídio ([PL 1360/2021](#)) continua na pauta. De autoria de Alê Silva (PSL-MG) e Carla Zambelli (PSL/SP), ele altera o Código Penal para aumentar as penas do infanticídio, abandono de incapaz e maus tratos, imputar as mesmas penas a quem, sabendo do fato, se omite, e cria o crime de infanticídio fora do período puerperal.

Também na pauta, o [PL 226/2019](#), do deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP) que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público.

Em pauta também o [PL 301/2021](#), de autoria da deputada Celina Leão (PP-DF), que amplia a pena dos crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) e ameaça cometidos no contexto de violência doméstica e familiar contra mulher.

A deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) solicitou [Requerimento de Urgência](#) para aprovação do [PL 3855/2020](#), de autoria da deputada Carla Dickson (PROS-RN) quer criar o “Agosto Lilás”, para a conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), ainda está na pauta o [PL 853/2019](#). De autoria da deputada Sâmia Bonfim (PSOL/SP), o projeto é para criar a Semana de Conscientização sobre Direitos das Gestantes. Mas o relatório com o substitutivo é da fundamentalista Chris Tonietto (PSL/RJ).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Compensação financeira para as crianças e adolescentes órfãos em consequência da Pandemia. É o que propõe Júlio Delgado (PSB/MG) com o [PL 2248/2021](#).

O deputado Bosco Costa (PL/SE) se meteu no debate sobre alienação parental e apresentou o [PL 2287/2021](#), para dar garantias do genitor durante a gestação e o parto.

A deputada Laura Carneiro (DEM/RJ) apresentou o [PL 2303/2021](#), que tipifica o crime de assédio moral no Código Penal. E também o [PL 2302/2021](#) que dispõe sobre a fixação da pena nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, mais uma proposta de alteração na Lei Maria da Penha.

Marreca Filho (PATRIOTA/MA) quer criar o Cadastro Nacional de Violência Contra a Mulher ([PL 2293/2021](#)).

A deputada Laura Carneiro (DEM/RJ) apresentou o [PL 2303/2021](#), que tipifica o crime de assédio moral no Código Penal. E também o [PL 2302/2021](#) que dispõe sobre a fixação da pena nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, mais uma proposta de alteração na Lei Maria da Penha.

E para aumentar a pena em casos de estupro de vulnerável, Aluisio Mendes (PSC/MA) apresentou o [PL 2255/2021](#), que altera o Código Penal.

No Senado, Rose de Freitas apresentou o [PL 2254/2021](#) que aumenta pena do crime de assédio sexual.

VALE A PENA CONFERIR!



APIB

Nota elaborada pelos advogados indígenas da assessoria jurídica da Apib sobre o PL 490/2007



LBTQIA+

Congresso Iluminado com as cores que representam a celebração da diversidade



Outras Palavras

Coluna Baderna Feminista: Resistência feminista, fio tecido a muitas mãos



AZMina

Aborto em caso de estupro é assunto de Justiça?



Universidade Livre Feminista

A Universidade Livre Feminista começou a publicar trechos dos debates que realizou no ano passado, sobre formação política feminista na internet.



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.